



A reparação às vítimas de acidentes e passivos ambientais gera a proteção ambiental na medida em que poluidores passam a contabilizar oficialmente os efeitos de suas atividades poluidoras, inclusive informando o mercado e seus acionistas. A advocacia empreendedora é a única atividade lícita plenamente capaz, independente e legítima para viabilizar este aprendizado e esta mutação.

Autor
Fabiano Neves Macieywski

ADVOGAR NO DIREITO AMBIENTAL

Área específica
Direito Ambiental.

Áreas afins
Direito Constitucional, Direito Processual Civil,
Direitos Humanos, Direito Econômico, Teoria
Geral do Processo, Biografia.

Público-alvo/consumidores
Advogados, acadêmicos de Direito,
profissionais da área jurídica.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001138

M152a	Macieywski, Fabiano Neves
	Advogar no Direito Ambiental/ Fabiano Neves Macieywski.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.
	204 p.
	ISBN: 978-85-450-0272-7
	1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual Civil. I. Título.
	CDD 344.046 CDU 349.6

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MACIEYWSKI, Fabiano Neves. Advogar no Direito Ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 204 p. ISBN 978-85-450-0272-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	21
1 A EVOLUÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE DE CONSUMO	23
1.1 As raízes do sujeito moderno	24
1.1.1 As raízes do capitalismo	26
1.1.2 Subjetividade moderna	26
1.1.3 Sobre modernidade e subjetividade	27
1.2 A cultura da modernidade e da pós-modernidade: as bases da sociedade de consumo	28
1.2.1 O surgimento da modernidade	29
1.2.2 Modernidade e modernismo	30
1.2.3 A ideia da pós-modernidade	32
1.3 A cultura e o sujeito pós-moderno	34
1.3.1 A indústria da cultura	36
1.3.2 A indústria cultural, o sujeito moderno e o Direito pós-moderno	38
1.3.3 A cultura afirmativa “gera” o sujeito moderno, confirmado pelo Direito	39
1.3.4 A tecnicidade na cultura e sua influência sobre o Direito	40
1.3.5 As influências da indústria cultural sobre o pensamento jurídico	41
2 A IDEOLOGIA LIBERAL E A LÓGICA DE MERCADO	43
2.1 A evolução da sociedade de mercado e a política de	

	estabilidade social	46
3	O HOMEM PÓS-MODERNO E A NATUREZA	51
3.1	Meio ambiente	53
3.2	O Direito ambiental e a qualidade de vida.....	56
3.2.1	Aspectos objetivos do Direito ambiental	57
3.2.2	Aspectos jurídicos do Direito ambiental brasileiro.....	59
3.3	A internacionalização do Direito ambiental	60
4	O DIREITO FUNDAMENTAL AMBIENTAL, SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO E COM OS PARTICULARES....	65
4.1	O direito fundamental ao meio ambiente.....	65
4.2	Relações entre Direito, Estado e particulares.....	68
4.3	Os direitos particulares que decorrem do Direito fundamental ambiental.....	73
5	PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL.....	75
5.1	Princípio da precaução.....	77
5.2	Princípio da informação.....	79
5.3	Princípio da participação	80
6	DANO AMBIENTAL E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	83
6.1	O dano no Direito civil	83
6.2	Responsabilidade civil.....	86
6.2.1	A evolução da responsabilidade civil	87
6.2.2	A evolução da Teoria Subjetiva à Objetiva	90
6.2.3	Responsabilidade civil por dano ambiental: responsabilidade objetiva.....	92
6.3	O dano no Direito Ambiental.....	96
6.4	O alcance do dano ambiental	103
7	DANO AMBIENTAL INDIVIDUAL.....	107
7.1	Reparação do dano individual ambiental	111
7.2	Dano moral ambiental ou dano extrapatrimonial ambiental	113
7.2.1	Dano moral.....	113
7.2.2	O dano moral ambiental: aspectos gerais.....	115
7.2.3	O dano extrapatrimonial ambiental: aspectos específicos	122
7.2.4	Dano ambiental individual em sua esfera extrapatrimonial	124

8	TUTELAS JURISDICIONAIS DO MEIO AMBIENTE	127
8.1	A crise jurídica do processo civil clássico defronte aos interesses difusos, com ênfase no Direito ambiental	129
8.2	Das tutelas jurisdicionais próprias à defesa do meio ambiente	134
8.2.1	Lei de Ação Civil Pública	138
8.2.2	Ação popular como forma individual de exercício da tutela ambiental com vistas ao interesse coletivo	148
8.2.3	Ações indenizatórias individuais	151
9	A NOVA FONTE DO DIREITO	169
9.1	O meio ambiente e seu novo Direito	174
9.2	A interpretação do Direito ambiental	176
9.3	Da atitude de interpretação para a eficaz aplicação.....	183
10	ADVOGAR: PRERROGATIVAS E <i>LAWFARE</i>	187
10.1	Advocacia é uma atividade de risco.....	187
10.2	O advogado empreendedor.....	188
10.3	<i>Lawfare</i> , pós verdade e o abuso de autoridade.....	189
	CONCLUSÃO	193
	REFERÊNCIAS.....	195